

DA DISTINÇÃO ENTRE ORAÇÕES COORDENADAS EXPLICATIVAS E ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS CAUSAIS: UMA QUESTÃO SINTÁTICA, SEMÂNTICA OU PRAGMÁTICA?

Luiz Carlos Travaglia*

1. INTRODUÇÃO

Ao estudar as orações que compõem os chamados períodos compostos e buscar classificá-las, a gramática¹ estabeleceu uma distinção entre dois tipos de orações cuja identificação, na prática, tem se revelado problemática: são as **orações coordenadas explicativas** e as **orações subordinadas adverbiais causais**.

Diante das dificuldades para distinguir os dois tipos de orações, já que os conectivos que os unem à outra oração são praticamente os mesmos, a gramática adotou dois tipos de atitudes:

a) mais freqüentemente, tentou estabelecer critérios de distinção que, na maioria das vezes, se revelaram ineficazes ou tiveram sua validade questionada;

b) com menos freqüência, questionou-se a validade da distinção e propôs-se a reunião dos dois tipos de oração num só tipo.

Alguns poucos trabalhos fora da linha de estudos da gramática tradicional abordaram o assunto e fizeram propostas para solução do problema através da abordagem de aspectos semânticos e/ou da estrutura argumentativa do texto.

* Professor da Língua Portuguesa e Lingüística do Departamento de Letras da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutorando do Programa de Doutorado em Lingüística da UNICAMP.

1. Por gramática estamos querendo dizer os estudos lingüísticos normalmente reunidos sob a denominação geral de **gramática tradicional**.

A nosso ver, grande parte da confusão no tratamento deste assunto originou-se do fato de tentar resolver o problema (que se reputava como essencialmente sintático), lançando mão, também e inconscientemente, de aspectos semânticos e pragmáticos que usados indistintamente, embaralhando os diferentes níveis, freqüentemente levaram a impasses e contradições sem solução e que causam o desespero de professores, alunos e estudiosos em geral quando se enfrenta o problema de ensinar e aprender a distinguir os dois tipos de orações ou de fazer a distinção.²

Não estamos querendo dizer que, no tratamento de um fato lingüístico, não se possa considerar tanto aspectos sintáticos, quanto semânticos, quanto pragmáticos ou de outra natureza (fonológicos, etc.), uma vez que os estudos lingüísticos já demonstraram sobejamente que a língua se faz de todos estes aspectos em funcionamento conjunto e simultâneo. Apenas chamamos a atenção para a possibilidade de que aspectos de diferentes níveis da língua podem atuar todos numa direção, corroborando todos uma determinada análise do fato lingüístico; mas também podem atuar em direções diversas, mostrando que elementos da língua que se emparelham num nível podem seguir direções diferentes e até opostas noutro nível e que, nesse caso, não se pode querer forçar uma análise coincidente em todos os níveis, mas sim admitir análises divergentes.³ Assim sendo, deve-se estar atento para não embaralhar aspectos de níveis distintos na análise e para usá-los conscientemente como aspectos de níveis distintos.

Nosso objetivo neste trabalho é estudar a questão da distinção entre as orações coordenadas explicativas e subordinadas adverbiais causais. Nossa hipótese é que a distinção proposta tradicionalmente tem natureza basicamente sintática. Todavia os gramáticos tradicionais, ao buscarem precisar a distinção face à igualdade de conectivos, intuíram fatores semânticos e pragmáticos que utilizados como critérios sem precisão de

2. KURY (1985: 89) afirma que "Não nos parece aconselhável exigir de alunos o que nos causa embaraço a nós professores" e FERREIRA (1967: 245) citando Aires da Mata Machado concorda "Nem tudo se desvenda na corrente análise escolar, nem é preciso".
3. Um exemplo demonstrativo dessa possibilidade é o estudo que VOGT (1978) faz das conjunções *porque*, *já que* e *pois*, onde fica evidenciado que *porque* e *já que* se opõem sintaticamente a *pois* por poderem vir no início do período e iniciar orações coordenadas por *e*, mas que *já que* se emparelha a *pois* em oposição a *porque* quando se verifica a função das mesmas na organização do texto enquanto operadores argumentativos.

sua natureza, geraram a confusão acima. Assim, nosso objetivo será também buscar esclarecer como funcionam e se relacionam os aspectos dos três níveis na distinção das orações causais de maneira geral.

Desejamos deixar claro desde já que, ao tratar de questões sintáticas, semânticas e pragmáticas, não estamos adotando a postura que vê um ou outro campo como mais ou menos abrangente que o outro. Nossa posição é de que cada uma tem seu próprio campo de trabalho, mas que entre sintaxe, semântica e pragmática não há conflito ou questão de fronteiras, ou seja, o que há é uma questão de abstração: o mesmo fato pode ser tratado por cada uma delas, mas haverá uma diferença de nível entre as abordagens.

2. ORAÇÃO COORDENADA EXPLICATIVA: CARACTERIZAÇÃO TRADICIONAL E CONECTIVOS

A **oração coordenada explicativa** normalmente é caracterizada como aquela iniciada por uma conjunção coordenativa explicativa e que **explica, justifica, dá a razão de ser** da idéia contida na oração anterior, daquilo que foi dito na oração anterior.⁴

Exemplos:

- (1) Vamos comer Açucena, **que estou morrendo de fome.** (Adonias Filho). (Apud CUNHA 1985 : 567).
- (2) Venha cedo, **porque desejo conversar com você.** (BECHARA 1968 : 196).
- (3) Que Deus o ajude, **pois a empresa que você pretende realizar é difícil.** (BECHARA 1976 : 111).
- (4) Estudo, **pois tenho tempo.** (FERREIRA 1976 : 47).
- (5) Choveu durante a noite, **porque as ruas estão molhadas.** (CEGALLA 1976 : 188).
- (6) Deve ter chovido, **porquanto (pois, porque) a grama está molhada.** (LUFT 1976 : 51).

4. As caracterizações aqui apresentadas buscam sintetizar as idéias sobre o assunto colocadas pela maioria dos autores.

É interessante observar que praticamente nenhum autor fala que a explicativa exprime a **causa** do que é dito na oração anterior⁵, ao contrário do que poderemos observar na caracterização das subordinadas adverbiais causais.

A quase totalidade dos autores apresenta como **conjunções** coordenativas explicativas as seguintes palavras: **que** (= porque), **pois** (no início da oração), **porque** e **porquanto**. As duas orações podem ainda vir separadas por pausa, sem conectivo como em (7).

(7) Não faça barulho. Ele está dormindo.

SPALDING (1970 : 42) inclui entre os conectivos coordenativos explicativos alguns termos que a maioria dos autores considera como locuções explicativas ou retificativas: **ou, isto é, por exemplo, a saber, ou seja, verbi gratia, pois bem, ora, na verdade, depois, além disso, com efeito, outrossim, ao demais, ademais, demais, de mais a mais, demais disso**. ALMEIDA (1978 : 352 — 3) apresenta a mesma lista com a diferença de que para ele, **que, porque, pois e porquanto** são **subordinativas causais** (ALMEIDA 1978 : 355 — nota 2 do § 582).

Como já dissemos, a maioria dos autores considera tais expressões como locuções explicativas ou retificativas e não como **conjunções**. FERREIRA (1967 : 49) acha que podem fazer o papel de **conjunção**, mas não diz qual seria a sua classificação. KOCH (1984 : 108) coloca estas

-
5. O termo justificativa pode ser usado como sinônimo exato de causa, todavia é interessante observar que a justificativa é vista mais como "o que dá razão", "o que fundamenta", enquanto a causa é definida filosoficamente como "termo relacionado a **efeito** e que se concebe de maneiras diversas, que se compreendem a partir de dois enfoques fundamentais: a) relação entre um ser inteligente e o ato que ele praticou voluntariamente e pelo qual é responsável; b) vínculo que correlaciona os próprios fenômenos e que faz com que um ou vários deles apareçam como condição de existência de outros". (FERREIRA 1975).

Alguns autores (como FERREIRA 1967: 74 — nota 9 e 243), condenam levar em conta o conceito filosófico da causa para distinguir entre causais e explicativas, como faz a N.G.B. e muitos autores, implicitamente. Para os primeiros, gramaticalmente ou para a língua, quem dá uma explicação, uma razão, um motivo está dando uma causa num sentido usual, geral.

Alguns autores como KOCH (1984 cap. 6), MATEUS (1983: 396, 457 — 61) colocam as causas em termos lógicos, de condição suficiente, derivados da definição filosófica. ROCHA LIMA (1973: 248) fala em condição determinante, razão eficiente.

expressões como operadores argumentativos com a função de introduzir **"asserção derivada"** que visa esclarecer, retificar, desenvolver, matizar uma enunciação anterior. Têm uma função geral de **ajustamento**, de **precisão** do sentido". Como as orações introduzidas por esses termos não expressam causa, razão, motivo, mas apenas explanam, esclarecem o sentido da que as antecede não serão consideradas neste estudo por não fazerem parte da questão que o motivou.

Duas caracterizações fogem à linha apresentada até agora e representam intuições que coincidem com a proposta que faremos a nível pragmático. SAID ALI (1964 : 134), que não fala em explicativa mas em causal coordenativa, diz que "chama-se proposição CAUSAL a coordenativa que dá a razão de uma asserção, pedido, exortação ou desejo". LUFT (1976 : 52) ao falar da distinção entre subordinada causal e coordenada explicativa diz que "pela oração explicativa, o falante enuncia ("explica" o motivo de sua ordem, suposição ou declaração..." GARCIA (1976 : 52), comentando sobre o uso de "pois", diz que este "não expressa a causa", "mas a explicação da afirmativa que se faz". O exemplo demonstrativo disso que Garcia dá é o seguinte: "No verão, às seis horas da manhã, o Sol já está "de fora". Isso é um fato normal e conhecido de todos. Se alguém não dispõe de relógio, olha para o céu e diz. "Já deve passar das seis horas, **pois** o Sol já está de fora". Nesta frase a segunda oração não dá a causa do que se diz na primeira, mas sim explica porque o locutor afirma que já deve passar das seis horas.

3. ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL CAUSAL: CARACTERIZAÇÃO TRADICIONAL E CONECTIVOS

A oração **subordinada adverbial causal** normalmente é caracterizada como aquela iniciada por uma conjunção subordinativa causal e que exprime a **causa** do que é dito na oração principal. Alguns autores (como BECHARA 1968 : 197 e CEGALLA 1976 : 267) dizem que ela expressa **causa, motivo, razão** do pensamento contido na principal. SOUZA E SILVA (1983 : 110) diz que "a oração é causal quando na relação causa-consequência, a causa é veiculada pela oração encaixada e a consequência pela matriz". Exemplos:

- (8) Maria faltou às aulas, **porque está doente**. (LUFT 1976 : 51).
- (9) **Como está chovendo**, transferiremos o passeio. (BECHARA 1976 : 129).

- (10) **Desde que é impossível**, não insistirei. (CEGALLA 1976 : 188).
- (11) **Visto que assim queres**, faremos a tua vontade. (SAID ALI 1964 : 147).
- (12) **Já que (uma vez que) não falas**, não insistirei.
- (13) Ceamos à lareira, **que a noite estava fria**. (A. Ribeiro) (CUNHA 1985 : 589).
- (14) Tio Couto estava sombrio, **pois aparecera um investigador da polícia perguntando por Gervásio**. (Érico Veríssimo) (CUNHA 1985 : 572).
- (15) **Visto como todos estavam cansados**, lá mesmo ficamos. (SPALDING 1970 : 46).
- (16) Isso não se faz, **porquanto o proíbe o bom senso**. (SPALDING 1970 : 46).
- (17) O senhor rei não comungue, **pois que não é justiceiro**. (SPALDING 1970 : 46).

A quase totalidade dos autores apresenta como conjunções subordinativas causais as seguintes palavras: **porque, pois, porquanto, como** (= porque, sempre anteposta a sua principal no Português moderno), **pois que, que** (= porque), **já que, uma vez que, visto que, visto como**. Outros ainda acrescentam **por isso que, desde que** (com o verbo no indicativo). SPALDING (1970 : 46) inclui ainda **de modo que e de maneira que** que são apontadas por outros autores como consecutivas. O exemplo apresentado por Spalding (veja 18 abaixo) parece confirmar esta segunda classificação, pois a oração iniciada por "de modo que" na verdade indica a consequência e não a causa, tanto que não podemos substituir o conectivo por "porque" (Veja 18-a).

- (18) Não li o livro, de modo que não lhe posso dar informações precisas.

- (18) a — *Não li o livro, porque não lhe posso dar informações precisas.²⁶

26. O asterisco no início da frase indicará que ela é inaceitável ou muito estranha ou agramatical para o falante. O ponto de interrogação no início da frase indicará que ela soa estranha, pouco aceitável para o falante. Dois pontos de interrogação, um grau de estranheza maior.

b — Não lhe posso dar informações precisas porque não li o livro.

(18-a) soa estranha e só é interpretável se imaginarmos um contexto especial. O normal seria (18-b) para explicitar a relação de causalidade.

As duas orações podem vir justapostas (sem conectivo), como mostram os exemplos abaixo extraídos de CEGALLA (1976 : 267).

(19) Não se ouvia nada, **tamanho era o barulho**.

(20) É tão difícil distinguir um do outro, **tão parecidos são**.

(21) Nem se podia passar, **tantas eram as formigas**.

SAID ALI (1964 : 147 — 8) e DIAS (1970 : 277 — 8) fazem algumas considerações sobre o significado das conjunções causais que são importantes, quando passamos a considerar o uso dessas conjunções em diferentes níveis. VOGT (1978 : 49-50) por exemplo, utilizou considerações dessa natureza para justificar a diferença sintática de colocação entre **pois** e **já que**⁶ em termos de diferentes usos como operadores argumentativos, isto é, como marcadores de subjetividade: **pois** não poderia vir no início do enunciado por marcar um ato de fala cuja função é justificar um ato de enunciação anteriormente praticado⁷ e **já que** pode vir no início por caracterizar um ato de inferência, onde a oração iniciada por **já que** apresenta uma evidência tal que, se o ouvinte a admite, será forçado a admitir o que vem na outra oração em virtude da relação específica que o locutor estabelece entre as duas ao usar **já que**. Vejamos as considerações feitas por Said Ali e Dias.

DIAS afirma que **porque** é "a conjunção causal de sentido mais amplo" e Said Ali que **porque** e **que** "têm por fim esclarecer ou dar a razão daquilo que se acaba de comunicar a outrem". Para Dias **como** é a conjunção causal de significação mais vaga, mas Said Ali diz que "**como**" é usado quando "o intuito é lembrar ou referir primeiro certa causa determinante, cuja consequência é o fato principal". Said Ali diz que usamos **já que**, **visto que** e **visto como**, quando se quer "fundamentar uma ação e significar que a causa determinante é fato bem conhecido".⁷ DIAS diz que

6. **Já que** pode aparecer no início do enunciado e **pois** não pode.

7. Isto explicaria o fato de orações com **já que** e **pois** não poderem ser questionadas. (vide VOGT 1978: 44).

"com **já que** exprime-se que, em vista do fato enunciado na oração causal, é de razão que se verifique o conteúdo da oração subordinante" e **visto que** e **visto como** fazem "sobressair a idéia de ser o enunciado da oração subordinante devido à consideração do conteúdo da oração causal". Para DIAS, **uma vez que** teria o significado de "**já que**" e SAID ALI acha que o emprego é análogo, mas que "**uma vez que**" "significa em especial que basta o realizar-se certo acontecimento para ser inevitável aquilo que afirmamos na proposição principal". SAID ALI afirma ainda que "as conjunções **pois**, **pois que** e **porquanto**, servem para mostrar que a causa é um acontecimento evidente".⁷ DIAS acha que **pois**, **pois que** e **por isso que** exprimem com menos precisão o mesmo que "**visto que**" e **pois que** traria "a idéia acessória de que o fato causa estranheza ou descontentamento". GARCIA (1976 : 52) afirma que "**pois**" indica que a causa ou motivo é conhecida, que ninguém deve ignorá-la", que o "**pois**" introduz a explicação ou motivo natural, notório, que se sobrepõe a qualquer outro, inesperado ou desconhecido". "Com o '**pois**' (explicativo-causal) quase sempre se indica que determinado fato ou ato provoca normalmente outro, numa relação habitual e sabida".

4. DISTINÇÃO DAS ORAÇÕES COORDENADAS EXPLICATIVAS DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS CAUSAIS

4.1. Critérios de Distinção Propostos pela Gramática Tradicional

Diante da igualdade, formal pelo menos, dos conectivos que introduzem as explicativas e as causais, surgiu a questão de como distinguir umas das outras e vários critérios de distinção foram propostos:

1) O primeiro critério que se propõe é de natureza sintática e já vem sugerido no próprio texto oficial da N.G.B.: "As conjunções **que**, **porque**, **porquanto**, etc. , ora têm valor coordenativo, ora subordinativo; no primeiro caso, chamam-se **explicativas**, no segundo, **causais**".⁸ Quer dizer, a explicativa é coordenada e a causal subordinada. Alguns autores⁹ acham que a distinção terminológica só causa embaraços e preferem usar **coorde-**

8. Apud FERREIRA (1967: 19).

9. FERREIRA (1967: 243), ALMEIDA (1978: 355 — nota 2 do § 582), SAID ALI (1964: 147), BECHARA (1968: 196) e BECHARA (1976: 111).

nada causal e subordinada causal ou deixam clara a equivalência. Este critério de distinção é sintático e se baseia na distinção entre orações coordenadas e subordinadas em geral. Assim a **explicativa** é uma oração sintaticamente (gramaticalmente, estruturalmente) independente, ou seja, não funciona como termo de outra oração nem se refere a termo de outra oração funcionando como seu determinante, ou, dito de outra maneira, não é "encaixada no lugar do constituinte de outra oração".¹⁰ Contrariamente a **causal** é uma oração sintaticamente dependente de outra, o que equivale a dizer que funciona como termo da outra, exercendo uma função sintática de natureza adverbial dentro da outra e sendo determinante de um termo da outra; assim sendo ela é encaixada no lugar de um constituinte da outra oração.

2) O segundo critério é decorrente do primeiro: a causal pode antepor-se à principal, como as demais adverbiais, mas a explicativa não pode ser anteposta à oração que justifica, porque, como diz LUFT (1976 : 52) e LIMA (1973 : 247) não se pode justificar algo que ainda não foi enunciado e assim a oração que encerra a justificativa tem que seguir-se forçosamente àquela oração que contém o que se vai justificar. MATEUS (1983 : 459 — nota 65) afirma que, quando a construção é sintaticamente uma construção de coordenação, a ordem das proposições não pode inverter-se.

3) A subordinada causal pode ser substituída por uma oração reduzida o que não acontece com a explicativa.¹¹

4) O conectivo pode ser omitido nas explicativas sem prejuízo da clareza, colocando dois pontos no lugar do conectivo, o que, em princípio não pode ser feito com as causais.

5. Nas orações causais iniciadas por **que, porque, pois** poder-se-ia, na maioria dos casos, substituir-se os conectivos por outros conectivos causais a saber: **como, uma vez que**, etc., o que não seria possível com as explicativas.

6. Outro recurso auxiliar da distinção seria a comparação com outras línguas em que as causais coordenadas e as causais subordina-

10. SOUZA E SILVA (1983: 137 — nota 32).

11. Para KURY (1985: 90) este seria o critério mais eficiente.

das seriam introduzidas por conjunções diferentes. Normalmente sugere-se a comparação com o Francês, o Inglês e o Alemão, onde teríamos o seguinte quadro:

	Francês	Inglês	Alemão
Causais coordenativas	car	for	denn
Causais subordinativas	parce que	because	well

7. Sendo independente, a explicativa é precedida de uma pausa mais forte que pode ser representada na escrita por vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e até ponto final. Segundo LUFT (1976 : 53) ela seria pronunciada com um abaixamento de tom. Já a causal é enunciada sem pausa ou pausa fraca (que se representa, quando muito, por vírgula). Para LUFT (1976 : 53) "toda a frase converge (ascensionalmente) para a enunciação da pausa, em outras palavras: a frase toda é construída em função do enunciado causal, que é portanto seu ápice — objetivo e núcleo da comunicação — não cabendo pausa ou abaixamento (descanso) da voz.¹²

8. Um grande número de autores afirma que o ponto básico para a distinção entre explicativa e causal é atentar para a natureza da relação que une as duas orações. No período em que temos causal há uma relação de causa e efeito, causa e consequência entre as orações: a causal exprime a condição suficiente, necessária sem a qual não existirá o efeito a consequência expressa na principal. Segundo MATEUS (1983 : 458) a causa e a consequência têm que estar linearmente ordenadas no tempo de modo que a causa ocorra num momento anterior ao que ocorre a consequência. Como se percebe, causa e consequência têm que ser reais (ou factuais como diz MATEUS 1983), ou seja, já têm que ter existência no momento da enunciação. Na explicativa, mesmo que se apresente uma justificativa, uma razão, um motivo, não se verifica a relação causa e efeito tal como colocada acima.

9. Em decorrência do critério acima, afirma-se que, quando a primeira oração tem o verbo no imperativo (expressando ordem, pedido,

12. Isto também ajudaria explicar porque a causal pode ser interrogada e a explicativa não. Veja KOCH (1984 cap. 6) e VOGT (1978: 44-5).

etc.) ou é optativa (expressão de desejo) ou exprime suposição, hipótese a oração que a segue será fatalmente explicativa (independente do conectivo: pois, porque, etc.), já que a primeira exprime algo por ser, "irrealidade" e a causal só exprime a causa de uma realidade já comprovada.¹³

10. SPALDING (1970 : 83) diz que "a oração subordinada causal modifica a sua oração regente numa circunstância de causa, respondendo à pergunta "por que?" feita à oração regente.

Como já dissemos na introdução, alguns estudiosos não buscaram critérios para a distinção, mas questionaram sua validade ou eliminaram a separação entre os dois tipos de oração. BECHARA (1976 : 111) afirma "melhor seria que abolíssemos a distinção entre as **coordenadas explicativas** e as **subordinadas causais**, uma vez que normalmente não se traçam linhas rigorosas de demarcação entre os dois campos de idéias" e a seguir questiona os critérios de comparação com outras línguas e da pausa. DIAS (1970 : 251 - 7), ao falar da coordenação, não inclui aí nem orações explicativas, nem causais coordenadas. Apenas se refere a causais quando fala das subordinadas adverbiais (págs. 276-9). Neste trecho coloca o que outros autores apresentam como caracterização das explicativas ao falar dos casos em que se pode empregar a conjunção "**que**" no lugar de "**porque**": "quando se justifica uma ordem, conselho, etc." (pág. 277). ALMEIDA (1978 : 355 — nota 2 do § 582) claramente não aceita a distinção posta pela N.G.B. entre explicativas e causais. Para ele orações iniciadas com "**que**", "**porque**", "**pois**" (redução de **pois que**), "**porquanto**" (normalmente vistas como causais ou explicativas) são todas subordinadas adverbiais causais.¹⁴ Coordenadas explicativas seriam as orações iniciadas por locuções explicativas e retificativas do tipo de "**isto é**", "**aliás**", "**ou seja**", etc. (Veja o que dissemos em 2, ao falar dos conectivos coordenativos explicativos).

13. Veja LUFT (1976: 52).

14. Pelo menos um dos argumentos de ALMEIDA (1978) nos pareceu totalmente equivocado na medida em que ele busca levar a colocação da N.G.B. às últimas consequências, mas, para tal, considera apenas a forma do conectivo desprezando seu significado. É o que ele faz ao dizer: "Veja-se ademais o pior: Se "que", quando tem valor subordinativo, é causal, vamos chamar "causal" o que do período "Gostaria **que** eles estudassem"? Se "que" quando tem valor coordenativo é "explicativo", vamos chamar "explicativo" o que de "Mexa **que** mexe"? A nota da N.G.B., uma nomenclatura, parece ter querido alertar para o fato de que certos conectivos causais podiam ter dois usos distintos, embora não faça o mesmo com outros conectivos na mesma situação.

Não concordamos com a posição de que não haveria uma distinção entre explicativas e causais. A nosso ver há uma distinção a nível sintático tal como colocada no critério 1 e uma distinção a nível semântico e pragmático que levaria a uma classificação diferente da sintática. Os gramáticos intuiram essa distinção (a maioria das vezes implicitamente e embaralhada com a distinção sintática, gerando confusão) às vezes explicitamente como SAID ALI (1964) e LUFT (1976) (Vide colocação feita no final do item 2).

4.2. Discussão dos Critérios de Distinção e de sua Aplicabilidade

Em 4.1 procuramos elencar todos os critérios de distinção entre coordenadas explicativas e subordinadas adverbiais causais, encontrados nas gramáticas, buscando reunir, para cada um, todos os aspectos considerados pelos gramáticos. Passamos agora ao comentário de aspectos que consideramos importante discutir com relação a tais critérios e à colocação de observações nossas sobre a questão em pauta: distinção das coordenadas explicativas e das subordinadas causais.

O primeiro critério, baseado principalmente no princípio de verificar se a oração exerce ou não função sintática na outra, é perfeitamente válido a nível sintático. Todavia ao passarmos para os níveis semântico e pragmático, percebe-se claramente a necessidade de reestruturar a classificação que se obteve no nível sintático, o que quer dizer que, levando em conta aspectos semânticos e pragmáticos, chegaremos a classificações das conjunções e orações diferentes daquela obtida a nível sintático e consagrada tradicionalmente.

Mesmo autores mais tradicionais já haviam chamado a atenção para o fato de que a quase totalidade das orações ditas coordenadas, semanticamente não são independentes entre si.

BRANDÃO (1963 : 141) — obs. 1) observa que "na coordenação existe às vezes dependência de sentido, de pensamento, mas independência de forma, isto é, a cláusula dominante pode prender-se intimamente à secundária sem um nexos gramatical visível, por exemplo: "Estou muito triste: nosso bom amigo morreu". Neste período, a segunda proposição mostra a causa da primeira e é transformável numa circunstancial de causa, e portanto, numa subordinada, com o só emprego de uma conjunção adequada: "Estou muito triste, **porque** nosso bom amigo morreu".

GARCIA (1976 : 18-23) fala em "falsa coordenação: coordenação gramatical e subordinação psicológica" onde afirma: "segundo a doutrina tradicional e ortodoxa — como já assinalamos —, as orações coordenadas se dizem independentes, e as subordinadas, dependentes. Modernamente, entretanto, a questão tem sido encarada de modo diverso. Dependência semântica mais do que sintática observa-se também na coordenação, salvo, apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções "e", "ou" e "nem". 15 Garcia pergunta que independência existe nas orações sublinhadas nos exemplos (22) e (23) abaixo e responde que nenhuma, pois "a comunicação de um sentido completo só se fará com o auxílio de outro enunciado".

(22) Está chovendo; **portanto, não sairemos.**

(23) Todos o procuraram, **mas ninguém o encontrou.**

No que respeita às orações explicativas, que são o centro de interesse deste trabalho, GARCIA (1976 : 20) afirma: "As conjunções coordenativas que expressam motivo, consequência e conclusão (**pois, porque, portanto**)¹⁶ legitimamente não ligam orações da mesma natureza, tanto é certo que a que vem por qualquer delas encabeçada não goza de autonomia sintática. O máximo que se poderá dizer é que essas orações de "pois", "porque" (dita explicativa) e "portanto" são limítrofes da subordinação. Em suma: coordenação semântica mas subordinação psicológica". Não concordamos com o termo psicológica porque, na realidade, o que temos entre as duas orações é uma interdependência semântica e pragmática.

15. KOCH (1984: 115) diz que, mesmo com **e**, **ou** e **nem**, consideradas coordenadas típicas, não se pode afirmar com certeza a independência de sentido. Passa a dar vários exemplos com a conjunção **e**, onde essa independência é questionável. Também GARCIA (1976) e vários gramáticos tradicionais apontam valores dessas conjunções onde se pode questionar a independência de sentido das orações que elas iniciam. Veja também as colocações de SOUZA E SILVA & KOCH (1983: 124-6).

16. MATEUS (1983: 459), quando está falando das construções condicionais factuais, observa sobre os conectores das orações conclusivas: "Semanticamente, estes conectores exprimem uma relação de subordinação entre as proposições". À pág. 396 falando das estruturas de coordenação coloca: 'A relação de condição-consequência que articula certos elementos coordenados (e que, do ponto de vista semântico, é um nexos de subordinação) pode assumir dois aspectos:

(IV) de causalidade (condicionais factuais), sendo a sua expressão uma sequência ligada por pausas ou pelos conectores, **e, pois, portanto, por conseguinte, por consequência, por isso...**"

Não se pode atribuir esta interdependência apenas aos conectivos porque ela é observável mesmo quando as orações coordenadas são justapostas. Veja-se os exemplos (24), (25) e (26), extraídos de GARCIA (1976 : 20) ,onde se verifica a dependência semântica da segunda oração cuja relação de sentido com a primeira é facilmente percebida. Para Garcia a dependência seria insinuada, na escrita, pelos dois pontos e, na fala, pela entonação da voz.

(24) Não fui à festa do seu aniversário: não me convidaram.

(25) Não fui à festa do seu aniversário: passei-lhe um telegrama.

(26) Não fui à festa do seu aniversário: não posso saber quem estava lá.

Em (24) haveria uma relação de "causa ou explicação" que poderia ser marcada pelas conjunções "**porque**", ou "**pois**"; em (25) a relação seria de "oposição", marcável por "**mas**", e em (26) seria de "conclusão" ou "conseqüência", marcável por "**portanto**".

Nos exemplos (24) a (26) temos períodos com a mesma estrutura e a mesma oração inicial exprimindo relações diferentes. Podemos ter a mesma relação semântica expressa por construções diferentes,¹⁷ como é o caso em (27 a-f).

(27) a — Resolveu isolar-se do mundo, porque não acreditava mais nos homens.

b — Por não acreditar mais nos homens, resolveu isolar-se do mundo.

c — Não acreditava mais nos homens, de modo que resolveu isolar-se do mundo.

d — Resolveu isolar-se do mundo: não acreditava mais nos homens.

e — Resolveu isolar-se do mundo, pois não acreditava mais nos homens.

f — Não acreditando mais nos homens, resolveu isolar-se do mundo.

17. Essa observação e os exemplos (27a-d) são de KOCH (1984: 113). Para outros exemplos consultar esta autora.

Em todos os períodos a relação semântica é de causa-consequência que exige a presença dos dois membros porque, como diz LIMA (1973), "são partes correlativas do mesmo todo". Há entre as orações de cada período uma interdependência necessária à veiculação do significado que o locutor pretende. Todavia encontramos nestes períodos orações que, dentro da teoria tradicional da gramática são, normalmente, classificadas como **coordenadas, subordinadas e justapostas**. Observa-se aqui uma discrepância entre a classificação sintática e o que se observa a nível semântico, onde, o que é sintaticamente coordenado ou subordinado, semanticamente parece ser uma coisa só.

É importante observar que, se as orações coordenadas são sintaticamente independentes, "o fato de se apresentarem combinadas em um mesmo período faz com que se estabeleça entre elas uma vinculação semântica, passando o período, dessa forma, a veicular significados diferentes daqueles que cada uma das orações teria se enunciada separadamente" (SOUZA E SILVA & KOCH 1983 : 124). A coordenação seria, pois, "uma operação por meio da qual o **locutor**¹⁸ combina, em um mesmo período, duas ou mais orações, no intuito de estabelecer entre elas determinado tipo de relação significativa. É por esta razão que do ponto de vista semântico, não é possível afirmar que as orações chamadas coordenadas sejam independentes entre si" (SOUZA E SILVA & KOCH 1983 : 126).

Tudo isto deixa claro que a distinção entre coordenada causal (= explicativa) como sendo, uma oração independente, e subordinada causal (= adverbial causal) como sendo uma oração dependente, só é válida a nível sintático, já que a explicativa é semanticamente dependente. Portanto, a nível semântico, seria necessário reestruturar os conceitos de coordenação e subordinação e conseqüentemente também o conceito de oração principal que nem sempre contém a idéia que poderíamos dizer ser a principal, básica ou mais importante da frase.¹⁹

No que respeita à concepção do que seria coordenação e subordinação do ponto de vista semântico, gostaríamos de lembrar aqui (por suas aplicações e resultados posteriores que se ligam à questão que esta-

18. O grifo é nosso e pretende realçar a presença do locutor, na construção dos períodos, com sua vontade e intenção comunicativa o que vai caracterizar o nível pragmático que buscaremos explicitar mais adiante.

19. Sobre a questão da oração principal veja-se o que diz KOCH (1984: 115-16).

mos discutindo) a proposição de BALLY²⁰ sobre **coordenação, frases ligadas (ou soldadura) e segmentação** que seriam modos possíveis de combinação de enunciados. Achemos desnecessário repetir no corpo deste trabalho as formulações de Bally. (O leitor que desejar informações mais detalhadas pode recorrer às obras indicadas na nota 20). Na coordenação teríamos uma sucessão de enunciações, dois enunciados resultantes de dois atos de fala diferentes, já nas frases ligadas teríamos um enunciado único resultante de um só ato de fala.

A partir das formulações de Bally outros estudiosos abordaram a questão da coordenação e subordinação, deixando claro que é preciso, ao analisar as relações entre enunciados, estar atento a relações semânticas e/ou pragmáticas que se estabelecem entre eles, relações estas que são estreitamente ligadas às intenções do falante, ao processo de enunciação.

Dentre os trabalhos nesta linha dois são de particular interesse para a questão que estamos estudando aqui: os de DUCROT²¹ e VOGT (1978).

Ducrot a partir da formulação de Bally introduz a noção de **predicado complexo** que ocorre quando temos frases ligadas. Esta noção busca deixar clara a diferença estrutural entre os períodos assim organizados e os organizados por coordenação semântica. Nos períodos em que temos frases ligadas, as palavras usadas para ligar as orações funcionam como conectivos ou operadores lógicos que encaixam uma oração em outra, fazendo da primeira um termo da segunda de tal forma que as duas passam a constituir uma única oração com predicado complexo, um enunciado único resultante de um só ato de enunciação. Estes operadores estabelecem, entre as orações que ligam, relações predominantemente lógicas.²² A intenção do locutor é deixar clara a relação lógica entre as orações. Já nos períodos em que temos coordenação semântica, as palavras usadas para ligar as orações funcionam como operadores argumentativos ou dis-

20. BALLY, Charles (1944) *Linguistique générale et linguistique française*. 4. ed. Berna, A. Francke, 1965. Informações apud KOCH (1984: 116-9) e SOUZA E SILVA & KOCH (1983: 131-4).

21. Todas as informações sobre o trabalho de Ducrot que citamos foram extraídas de SOUZA E SILVA & KOCH (1983), KOCH (1984) e VOGT (1978).

22. Pode-se ler sobre estas relações em KOCH (1984: 125-131) e MATEUS et al. (1983), principalmente nos itens 7.1 e 12.

cursivos que encadeiam orações (enunciados), estruturando-as em texto, isto é, constituindo um discurso. Aqui temos dois enunciados resultantes de dois atos de enunciação diferentes e sucessivos. É por isso que aparecem encadeando tanto orações de um mesmo período quanto orações de períodos diferentes ou períodos e parágrafos entre si e também um enunciado com o modo de enunciação do outro. O que se afirmaria "não é a relação existente entre o conteúdo de dois enunciados, mas sim cada um deles, introduzindo-se o segundo, por intermédio de sua relação com o primeiro. Por esta razão, eles poderiam ser apresentados sob forma de dois períodos (separados por dois pontos, ponto e vírgula e ponto final) ou poderiam ser proferidos por locutores diferentes" (KOCH 1984 : 152)²³ Ducrot propõe critérios para verificar se se trata ou não de duas proposições, ou seja, se temos coordenação semântica ou frases ligadas. Estes critérios²⁴ são:

a) **alcance da interrogação e negação:** nas frases ligadas, a interrogação e a negação incidem sobre todo o enunciado, na coordenação semântica a oração introduzida pelo operador argumentativo não pode ser objeto de interrogação ou ser negada, neste caso a interrogação ou negação incide só sobre a outra oração. Ex.:

(28) José veio à festa porque foi convidado. (frase ligada).

(29) José está em casa, pois vi seu carro na porta. (coordenação semântica).

Interrogação

(28a) José veio à festa porque foi convidado?²⁵

(29a) José está em casa? pois vi seu carro na porta.

Negação

(28b) [José não veio à festa porque não foi convidado].

(29b) [José não está em casa], pois vi seu carro na porta.

23. Veja-se o critério de número 7 apresentado em 4.1.

24. Exemplos de aplicação destes critérios podem ser vistos em VOGT (1978) e KOCH (1984: 120, 133-4).

25. VOGT (1978) e DUCROT demonstraram que enunciados com "porque" são ambíguos: podem ter uma interpretação como frases ligadas e outra como coordenação semântica. Adiante voltaremos a este ponto.

b) **encadeamento:** É transformar as orações em subordinadas de uma outra. As frases ligadas encadeiam-se como um todo a orações do tipo "Creio que", "Parece que", "Afirmo que", "Pergunto se", etc., enquanto nas coordenadas semânticas só a primeira se encadeia com tais orações. Exs.:

(28c) Parece que [José veio à festa porque foi convidado].

(29c) Parece que [José está em casa], pois vi seu carro na porta.

c) **extraposição:** tematização de um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico o tipo é... **que, somente**, isto é, "extrapor é o processo de eleger no interior do conteúdo de um enunciado um elemento que centralizará o foco informacional deste conteúdo, através de recursos linguísticos". (VOGT 1978 : 43 — nota 8). Nas frases ligadas a oração, que é ligada por um operador lógico, pode ser extraposta; na coordenação a oração, que é iniciada por um operador argumentativo, não pode ser extraposta.

(28d) É porque foi convidado *que* José veio à festa.

(28e) *Somente* porque foi convidado, José veio à festa.

(28f) José veio à festa *somente* porque foi convidado.

(29d) *É pois vi seu carro na porta *que*, José está em casa.²⁶

(29e) **Somente* pois vi seu carro na porta, José está em casa.

(29f) *José está em casa *somente* pois vi seu carro na porta.

(29a) [José não está em casa], pois vi seu carro na porta.

d) **escopo da quantificação:** nas frases ligadas a quantificação incide sobre todo o enunciado (vide 31-b) e na coordenação somente sobre a primeira oração (vide 30-b).

30-a) As pessoas virão, pois prometeram.

b) [Muitas pessoas virão], pois prometeram.

31-a) As pessoas virão porque distribuiremos prêmios.

b) [Muitas pessoas virão] porque distribuiremos prêmios]

26. O asterisco no início da frase indicará que ela é inaceitável ou muito estranha ouagramatical para o falante. O ponto de interrogação no início da frase indicará que ela soe estranha, pouco aceitável para o falante. Dois pontos de interrogação, um grau de estranheza maior.

Essas colocações de Ducrot permitem demonstrar que, sob o rótulo de subordinação, a gramática tradicional agrupou relações diferentes quanto à sua natureza e organização.

VOGT (1978) faz, dentro da semântica argumentativa, uma análise das conjunções portuguesas "porque", "pois" e "já que"²⁷, onde, a partir das colocações da gramática tradicional e usando os critérios e colocações de Ducrot apresentados acima, demonstra que os grupos de conjunções (que expressam causa, motivo) organizados por essa mesma gramática tradicional têm que ser reestruturados, quando enfocados ao nível semântico-argumentativo, deixando claro em seus comentários finais que elementos de natureza pragmática interferem decididamente no uso e classificação das conjunções cujo valor depende da "atitude intelectual do locutor e a que ele atribui ao ouvinte". (VOGT 1978 : 49). A seguir sumariamos as colocações de Vogt para facilitar o comentário e utilização das mesmas em nosso estudo.

A gramática tradicional organiza dois grupos de conjunções que exprimem causa, razão, motivo:

- (32) A — Conjunções coordenativas explicativas: pois, porquanto, porque, que (= porque).²⁸
- B — Conjunções subordinadas adverbiais causais; porque, que (=porque), pois que, visto que, visto como, uma vez que, já que, desde que.²⁹

Para seu estudo Vogt forma três grupos de conjunções:

- (33) A — O grupo de "pois" sozinho. A este grupo eu acrescentaria "porquanto", uma vez que até onde pude testar ele se comporta como pois. Todavia a testagem é um pouco difícil, já que este conectivo praticamente não é usado, os exemplos escassos e a intuição, conseqüentemente não funciona bem;

27. VOGT (1978: 35) cita que DUCROT e seu grupo de pesquisa realizou um estudo semelhante para as conjunções francesas "car", "parce que", "puisque" e redigiram um artigo que está indicado na bibliografia de VOGT.

28. Veja colocações sobre este grupo no item 2.

29. Veja colocações sobre este grupo no item 3. A gramática tradicional inclui aqui também as conjunções "pois" e "porquanto". Vogt deixa "pois" somente no primeiro grupo por considerá-la o exemplo típico do mesmo.

B — o grupo de "porque" sozinho. A este grupo eu acrescentaria "que" (=porque). "Mutatis mutandis" valem para **que** as observações feitas para **porquanto** acima;

C — o grupo de "já que" que inclui "como", "pois que", "visto que", "visto como", "uma vez que", "desde que". Sempre que falarmos deste grupo, citaremos apenas "já que".

A gramática tradicional opõe o grupo de "pois" aos grupos de "porque" e "já que" o que é corroborado por três critérios:

- (34) "pois" não pode aparecer no início do período, enquanto "porque" e "já que" podem (vide critério no item 4.1);
- (35) as orações iniciadas por "pois" não podem ser coordenadas por **e**, enquanto as iniciadas por "porque" e "já que" podem;
- (36) as orações de "pois" não podem ser reduzidas, enquanto as orações de "porque" e "já que" podem (vide critério 3 no item 4.1).

Os critérios (34) e (35), a meu ver, têm razões sintáticas de ser. As orações de "porque" e "já que", sendo subordinadas de natureza adverbial, gozam da mesma flexibilidade de colocação na frase de que desfrutam os advérbios. As orações de "pois" sendo coordenadas não podem inverter-se.³⁰ Para "já que" e "pois" esta razão sintática é reforçada por outras de natureza semântica e argumentativa (pragmática) já colocadas por LUFT (1976 : 52) e LIMA (1973 : 247)³¹ e claramente delineadas por VOGT (1978 : 49-50)³² em termos do status assertivo das conjunções enquanto marcadoras de atos de fala³³ específicos. As orações de "porque" e "já que" podem ser coordenadas por **e**, porque, sendo subordinadas adver-

30. Veja-se a citação de MATEUS (1983) feita no critério 2 do item 4.1.

31. Veja-se a citação no critério 2 do item 4.1.

32. Veja-se, no item 3, após o exemplo (21) a colocação de Vogt, bem como as observações de SAID ALI (1964: 147-8) e DIAS (1970: 277-8) sobre o significado dessas conjunções. Veja-se também as colocações de GARCIA (1976: 52) no final dos itens 2 e 3.

33. VOGT (1980) usa as expressões "ato de fala", "ato de linguagem", "enunciação" e "ato de enunciação" como equivalentes. (Vide p. 41 nota 7).

biais, funcionam como termos da mesma natureza e são, por isso, facilmente coordenáveis; as orações de "pois" não podem ser coordenadas por *e*, uma vez que "pois" já é coordenativa (a língua normalmente não admite o uso de dois recursos com o mesmo fim) e orações coordenadas não são termos de outra oração com mesma função sintática, para poderem ser coordenadas entre si. O critério (36) (de natureza morfológica) é discutível (veja ex. 37-a, b) e parece ter uma razão pragmática que apresentarei mais adiante.

(37-a) Ele comeu pouco, pois está doente.

b) Ele comeu pouco por estar doente.

Utilizando os critérios de Ducrot, apresentados anteriormente, Vogt verifica que, na verdade, entre "pois" e "já que" há semelhanças importantes de funcionamento em oposição a "porque". Estas semelhanças e diferenças seriam:

(38) A oração iniciada pela conjunção *porque* responde à questão "por que?" enquanto as iniciadas por *pois* e *já* não respondem.

(39) A oração iniciada por *porque* pode ser extraposta enquanto as iniciadas por *pois* e *já que* não podem.

(40) "Enquanto *porque* pode ser modificada por um advérbio, *pois* e *já que* excluem esta possibilidade". (VOGT 1978 : 43).

Na apresentação das semelhanças e diferenças (41a-d) e (42a-d) Vogt adota a seguinte convenção: "**p** e **q** são duas proposições e **p pois que**, **p já que q** e **p porque q** os grupos constituídos pelo relacionamento destas proposições através das conjunções **pois**, **já que** e **porque** respectivamente". (VOGT 1978 : 44).

(41) Os grupos **p pois que** e **p já que q** não podem, sem romper-se semanticamente:

a) ser negados;

b) ser questionados;

c) prestar-se ao encadeamento;

d) constituir-se no escopo de uma quantificador.

Romper-se semanticamente significa que, quando estes grupos são submetidos a uma negação, a um questionamento, a um encadeamento e a um quantificador, apenas a proposição **p** é negada, questionada, encadeada (isto é, torna-se subordinada da oração introduzida) e constitui-se em escopo do quantificador.

(42) O grupo **p porque q** ao ser:

- a) negado;
- b) questionado;
- c) encadeado;
- d) submetido a um quantificador.

apresenta-se como ambíguo, ou seja, pode ter duas interpretações: uma em que o grupo permanece como um bloco íntegro, isto é, todo o grupo **p porque q** é negado, questionado, encadeado e constitui-se no escopo do quantificador; e outra em que há rompimento do grupo, isto é, em que só **p** é negada, questionada, encadeada e constitui-se no escopo do quantificador.

Vogt demonstra assim que as conjunções que exprimem causa, razão, motivo organizam-se em dois grupos:

- (43) o grupo de **porque** vide 33-B), na interpretação em que se mantém o bloco "**p porque q**";
- (44) o grupo de **pois** (vide 33-A, **já que** (vide 33-C) e **porque** (na interpretação em que não se mantém o bloco "**p porque q**").

VOGT (1978 : 49) deixa claro que a diferença entre os dois grupos é de natureza semântica e pragmática ao dizer que para explicar seus valores específicos "é preciso levar em conta o problema da atitude intelectual do locutor e a que ele atribui ao ouvinte em relação às proposições **p** e **q** ligadas" por estas conjunções que funcionam assim como operadores argumentativos (portanto marcadores de subjetividade) cujo estudo mostra "a importância das **intenções dos falantes** (grifo nosso) na organização do discurso e na sua estruturação como texto". (VOGT 1978 : 50)34

34. GIVÓN (1982) em várias passagens deixa claro que, na língua, é de natureza pragmática o que depende:

- a) da crença do falante (locutor) sobre o que o ouvinte deve provavelmente saber (portanto o que é pressuposto e o que é informação nova);
- b. de suas intenções;
- c. de sua decisão com relação a que recursos linguísticos usar em função do que deve comunicar e do contexto em que vai comunicar.

Para Vogt o grupo de (43) realiza entre as duas proposições uma operação que estabelece entre elas um elo de causalidade, explicando o conteúdo da primeira pelo da segunda, produzindo um novo conteúdo unitário (daí o grupo "p porque q" não se romper semanticamente). Já o grupo de (44) realiza entre as duas proposições uma operação que se dá não ao nível do conteúdo das mesmas, mas ao nível dos atos de fala que estabelecem estes conteúdos. É uma operação argumentativa cuja função é relacionar dois enunciados de tal forma que, embora produzindo um terceiro, jamais se perca a individualidade de cada um". (VOGT 1978 : 49). Seria por esta razão que as transformações (interrogação, negação, encadeamento, quantificação) não poderiam se aplicar às proposições iniciadas pelas conjunções de (44): não se pode interrogar, negar, encadear ou quantificar um ato de fala.

Além dos fatores já apresentados por VOGT (1978), para justificar o comportamento das conjunções causais, gostaria de tecer algumas considerações, chamando a atenção para outros fatores de natureza pragmática que também interferem neste comportamento.

Inicialmente gostaria de chamar a atenção para o fato de que as orações iniciadas pelas conjunções do grupo (44) exprimem causas, razões, motivos que são vistos pelo locutor como causas, razões e motivos já conhecidos pelo seu interlocutor, portanto não como informação nova. Este fato já fora intuído e colocado por autores tradicionais, mesmo os pressupostos teóricos sendo outros (Veja indicações na nota 32). Já as conjunções de (43) iniciaram orações que exprimem causas, razões, motivos desconhecidos e portanto vistos como informação nova. Este fato serve como uma explicação para vários dos fatos de comportamento observados por VOGT (1978) para essas conjunções. As orações iniciadas pelas conjunções de (44) não respondem à pergunta de "por que?" (veja-se 38), uma vez que a resposta a esta pergunta tem que ser considerada e apresentada pelos interlocutores como uma informação nova para um deles o que não ocorre quando se usa as conjunções de (44) mas ocorre com as de (43).³⁵ Isto explicaria também o fato dessas orações não poderem ser questionadas (veja-se 41-b e 42-b) quando em grupos do tipo "p (conjunção de '44') q": não se questiona o que é tido e apresentado como conhecido; todavia questiona-se o que é tido e apresentado como informação

35. Veja-se também as considerações feitas por VOGT (1978: 40-2) em termos de estruturação do diálogo numa certa direção.

nova. O que se acaba de colocar tem uma outra conseqüência no modo de encarar as orações indicadoras de causa: as iniciadas pelas conjunções de (43) são vistas como indicando uma opção do falante entre várias causas possíveis e potenciais, enquanto as iniciadas pelas conjunções de (44) são vistas como a única alternativa possível, já que sabida de todos. Assim um diálogo do tipo de (45) parece ser possível, enquanto um do tipo de (46) parece não ocorrer.

(45) a — Por que João não veio à aula?

b — Porque está doente.

a — Duvido. Não veio porque não fez o trabalho que o professor pediu.

b — Bem, ele disse que é porque está doente.

(46) a — Já que o presidente não compareceu, a reunião fica adiada.

b — (?) Não. A reunião fica adiada porque não houve quorum.³⁶

OBS.: Aqui **b** poderia adicionar outra razão:

b — E já que não houve quorum, mas questionar a introduzida por **já que** pareceria estranho aos interlocutores, a não ser polemicamente. (Veja nota 36).

A tendência da língua é enfatizar, no enunciado, o que é novo. A ênfase entonacional, por exemplo, tende sempre a marcar um foco informacional. Vimos, nos critérios de Ducrot atrás (vide colocação antes do ex. 28-d), que a extraposição é um recurso enfático que marca o foco informacional. Por esta razão as orações iniciadas pelas conjunções de (43) podem ser extrapostas, enquanto as iniciadas pelas conjunções de (44) não podem, pois são apresentadas como veiculando algo conhecido. Outras formas de ênfase também não podem ser usadas como VOGT (1978) mostrou com seus exemplos (35 a, b) que reproduzimos abaixo com os números (47) e (48).

36. Um diálogo como esse seria natural na seguinte situação: a declara que a reunião está adiada e que a razão do adiamento é o não comparecimento do presidente. **b** não aceita essa razão: para ele a reunião deve ser adiada porque não houve quorum, mas não porque o presidente não compareceu. Para **b**, se houvesse quorum, mesmo com a ausência do presidente a reunião deveria ser realizada, então ele diz o enunciado em questão. Em (46) a colocação de **b** teria uma intenção, uma direção completamente diferente da feita em (45).

(47) *Se Pedro veio é pois ele queria vê-lo.

(48) *Se Pedro veio é já que ele queria vê-lo.

O fato das orações iniciadas pelas conjunções de (43) expressarem algo visto como informação nova e as iniciadas pelas conjunções de (44) expressarem algo visto como conhecido parece influir também no fato de as primeiras poderem ser negadas e as segundas não (veja 41-a e 42-a): parece pouco provável que o locutor busque negar algo que é não só visto, mas também apresentado como conhecido, sabido, notório.

Quanto ao comportamento observado por Ducrot (para o francês) e Vogt (para o Português) e registrado aqui em (40), a observação de um exemplo como (49) certamente levanta problemas, uma vez que af temos uma frase cuja estranheza se deve claramente ao fato de "porque" estar sendo modificada por um "advérbio".

(49) ? Pedro ficou rouco [infelizmente porque gritou muito].³⁷

Aqui é necessário precisar alguns aspectos quanto ao fato de "porque" (conjunções de 43) poder ser modificada por advérbio e "pois" e "já que" (conjunções de 44) não poderem.

Quando coloca que "porque" pode ser modificada por advérbio e "pois" e "já que" não podem, Vogt deve estar referindo-se à oração iniciada por tais conjunções, uma vez que as conjunções em si não podem mesmo ser modificadas por advérbios. Estes advérbios, portanto, têm que ser do tipo que se refere à oração como um todo³⁸ e não apenas ao predi-

37. Esta frase tende a ser vista como mal construída, equivalente a "infelizmente Pedro ficou rouco porque gritou muito". O falante-ouvinte acha que o "advérbio" está mal colocado ou então tende a achar que ele deve estar entre pausas e com entonação adequada: "Pedro ficou rouco, infelizmente, porque gritou muito"; construção que equivaleria àquela com o advérbio no início do período. Isto quer dizer que, em casos deste tipo, o falante tende a interpretar o "advérbio" como referindo-se a todo o período e não só à oração iniciada com porque.

38. NARO & AVERBURG (1978: 27, 45 — 53) referem-se a tais advérbios como advérbios de grau 3, cuja forma de representação seria SAdv3. Os sintagmas adverbiais de grau 3 referem-se à sentença. Estariam neste caso, por exemplo, os de parecer subjetivo, os de afirmação (veja exemplo 1 abaixo) e os de condição.

(1) Ele fazia isso, realmente.

Haveria também os sintagmas adverbiais de grau 1 (SAdv1) que se referem apenas ao

cado ou ao verbo. Assim, numa frase como (50) o "porque" não é modificado pelo advérbio "hoje" porque este sempre se refere apenas ao predicado da oração em que se insere e nunca a uma oração como um todo.

(50) Pedro não veio à aula hoje porque está doente.

Entre os advérbios que se referem à oração como um todo podemos distinguir três grupos, especificados em (51).

(51) A — Talvez, provavelmente, quiçá.

B — simplesmente, só, somente, apenas.

C — felizmente, infelizmente, indesculpavelmente.³⁹

Como já dissemos, as orações iniciadas pelas conjunções de (43) apresentam a causa, razão ou motivo como uma informação nova, daí poderem ser modificadas pelos advérbios de (51-A), que indicam dúvida, pois o falante não tem problemas para pôr em dúvida algo que é visto como novo, desconhecido; já as orações iniciadas pelas conjunções de (44) apresentam a causa, razão ou motivo como algo conhecido, notório e não poderão ser modificadas pelos advérbios de (51-A), pois o falante vê com estranheza o colocar-se em dúvida algo que é conhecido, sabido, notório.

As orações iniciadas pelas conjunções de (43) dão uma informação nova e sempre podem ser vistas como respondendo à pergunta: "por que?" Quando se pergunta, admite-se a possibilidade de haver vá-

verbo. É o caso dos advérbios de modo, lugar de onde, lugar para onde, companhia e intensidade, por exemplo. (Veja exemplo 2). Os sintagmas adverbiais de grau 2 (SAdv₂) referem-se ao predicado, como é o caso dos advérbios de tempo. (Veja exemplo 3).

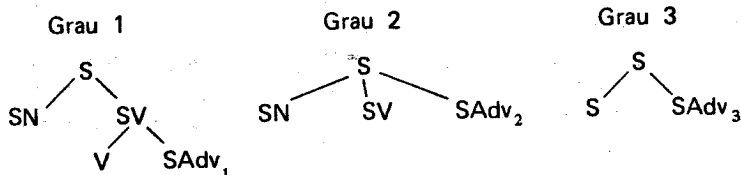
(2) a — Ele fazia isto **agilmente**.

b — Pedro gosta **muito** de Maria.

(3) a — Ele fazia isso **antigamente**.

b — Pedro entregou o prêmio aos alunos **hoje**

Representação dos SAdv de diferentes graus na árvore.



39. A lista não esgota os componentes de cada grupo

rias respostas possíveis, potenciais; no nosso caso, várias causas possíveis (Veja-se a colocação feita introduzindo-se os exemplos 45 e 46). Os advérbios de 51-B⁴⁰ funcionam como itens lexicais (para KOCH 1984 : 105, como operadores argumentativos) que servem para (ou cuja função é) isolar no contexto discursivo a opção que o locutor faz entre várias opções disponíveis (possíveis, potenciais), daí poderem ser usados com orações iniciadas pelas conjunções de (43) que indicam a causa que o locutor selecionou entre várias causas possíveis, potenciais. O locutor sabe a causa, mas supõe que o ouvinte não sabe qual das causas possíveis (potenciais) teve lugar. Isto é pragmático. Por outro lado as orações iniciadas pelas conjunções de (44), como já dissemos, apresentam a causa como algo conhecido, notório, não havendo várias alternativas para o locutor optar (veja a colocação feita introduzindo os exemplos 45 e 46), daí não se poder usar os advérbios de (51-B) com as orações iniciadas pelas conjunções de (44): só há uma causa sabida de todos.

Finalmente temos os advérbios de (51-C) que não podem modificar nem as orações iniciadas pelas conjunções de (43), nem as iniciadas pelas conjunções de (44). Acontece que estes advérbios introduzem um parecer subjetivo que se refere a todo um fato expresso por um enunciado e não podem se referir apenas a parte dele. Colocar estes advérbios antes da conjunção é buscar fazê-lo referir-se a apenas parte do enunciado o que gera frases estranhas. Vide ex. (49), comentários da nota 37 e exemplo (52) abaixo.

(52)? José não foi à aula, infelizmente pois hoje é feriado.

Tanto em (49) quanto em (52) tender-se-á a fazer uma leitura em que o advérbio se refere ao enunciado como um todo: em (49) referindo-se ao período todo, já que temos frases ligadas com um conteúdo único e em (52), referindo-se apenas à primeira oração porque temos coordenação semântica e portanto dois enunciados distintos. Se quisermos emitir um parecer subjetivo sobre o fato expresso na oração introduzida pela conjunção, teremos de colocar o advérbio após a conjunção, como em (53-a) e (53-b).

(53-a) Pedro ficou rouco porque infelizmente gritou muito.

(53-b) José não foi à aula pois infelizmente hoje é feriado.

40. Para alguns gramáticos, palavras ou partículas denotadoras de limitação (Cf. CEGALLA 1976: 173) ou exclusão (Cf. CUNHA e CINTRA 1985: 540).

Nestes exemplos o parecer subjetivo contido no advérbio "infelizmente" refere-se aos fatos de "gritar muito" e de "hoje ser feriado".

Ao fazer os testes que resultaram na organização dos grupos (43) e (44) de conjunções, VOGT (1978) observou que, nos testes do questionamento, da negação, do encadeamento e da quantificação, a conjunção **porque** apresentava um comportamento ambíguo possibilitando duas interpretações. Parece-me que, também nos casos de responder ou não à pergunta "por que?", de poder ser extraposto e de poder ser modificado por advérbio, haveria a possibilidade da interpretação com rompimento semântico, todavia a formulação da pergunta, a extraposição e a colocação do advérbio, introduzem marcas que privilegiam a interpretação com frases ligadas num bloco único e descartam a possibilidade de interpretação com rompimento semântico. Em suma, o que queremos dizer é que o "porque" é sempre ambíguo, salvo nos casos em que algum elemento do contexto o marque para uma interpretação. Outro fator que marca o "porque" para uma interpretação é o colocado no critério 8 do item 4.1: quando temos a relação causa e efeito, causa e consequência em que a oração que exprime a causa, exprime uma condição suficiente para a consequência expressa na outra oração, o "porque" é marcado para a interpretação em que temos frases ligadas e as duas orações constituem um conteúdo unitário de um enunciado global (Veja ex. 54). Quando não há esta relação, o "porque" pode ter as duas interpretações e só o contexto determinará qual deve ser levada em conta (veja exemplo 74 e comentário mais adiante). No uso concreto, o contexto (linguístico ou não) determinará sempre qual interpretação será considerada, o que torna a utilização desta conjunção totalmente dependente de contexto e portanto uma questão pragmática, conforme as colocações de GIVÓN (1982). O uso de todas as conjunções causais, na medida em que depende da crença do falante sobre se a causa é algo conhecido ou não do locutor, e por razões argumentativas colocadas por nós e outros estudiosos, é uma questão dependente de razões pragmáticas. Mesmo autores tradicionais, com pressupostos teóricos muito diversos, já haviam intuído este fato, dado à sua força. É o caso, por exemplo, de Aires da Mata Machado Filho ao dizer que a distinção entre coordenadas e subordinadas causais é difícil em casos fronteiros "sensíveis à influência dos fatores psicológicos e ao sutil individualismo do tratamento estilístico"⁴¹ e de FERREIRA (1967 : 247) que afirma: "O problema é sutil: envolve vontade pessoal, questão de estilo, acuidade intelectual

tual e sensibilidade diante do recurso fornecido pela língua". Também são exemplo dessa intuição as colocações de SAID ALI (1964) : 134, LUFT (1976 : 52) e GARCIA (1976 : 52) as quais já apresentamos no final do item 2 e que são antecedentes da colocação que faço a seguir.

Como já vimos, as orações que exprimem causa, razão, motivo, explicação (iniciadas por conjunções com o mesmo valor semântico) se dividem, sintaticamente, em dois grupos: o grupo das coordenadas, que não exercem função sintática em outra oração e o grupo das subordinadas, que exercem função sintática na outra oração. Semanticamente essas orações (dentro da colocação de Bally, desenvolvida por Ducrot e Vogt) dividem-se em dois grupos: o grupo das que se coordenam semanticamente a outra oração e o grupo das que constituem frases ligadas com outra oração. Nas primeiras (coordenação semântica) temos uma causa conhecida, notória que não é apresentada como informação nova e suas conjunções funcionam como operadores argumentativos; nas segundas (frases ligadas) temos uma causa que é vista e apresentada como informação nova e suas conjunções funcionam como operadores lógicos. As conjunções e orações de cada grupo definido por essa classificação semântica compartilham uma série de características pragmáticas. Algumas destas foram apresentadas por VOGT (1978) e sumariadas neste trabalho por nós; outras, que observamos, foram expostas após a apresentação das idéias de Ducrot e Vogt. Como deve ter ficado bem claro, a classificação sintática não coincide com a semântica e pragmática vista até aqui.

As causas podem ainda ser divididas em dois grandes grupos com base em um fator de ordem pragmática relacionada à força ilocucionária que definirá dois grupos de causais que não coincidirão nem com os grupos definidos sintaticamente, nem com os grupos definidos semântica e pragmaticamente até aqui. Esses novos grupos podem ser estabelecidos como em (54) e (55).

(54) Orações causais que se referem à força ilocucionária da oração anterior com que se relacionam, justificando-a.

(55) Orações causais que se referem ao conteúdo proposi-

41. Apud FERREIRA (1967: 245).

cional da oração com que se relacionam, justificando-o.

As orações de (56) a (62) são exemplos do tipo de oração definido em (54), enquanto as orações de (63) a (69) são exemplos do tipo de oração definido em (55).

- (56) João está no escritório, **pois seu carro ainda está na porta do prédio.**
- (57) Venha cedo, **porque desejo conversar com você.** (BECHARA 1968 : 196) (= Ex. 2).
- (58) Não chore, filha, **que eu volto.** (SOUZA E SILVA 1983 : 125).
- (59) Choveu durante a noite, **porque as ruas estão molhadas.** (CEGALLA 1976 : 188) (= Ex. 5)
- (60) Ninguém podia queixar-se, **portanto eu estava cumprindo o meu dever.** (CEGALLA 1976 : 251).
- (61) Que Deus o ajude, **já que é tão difícil o trabalho que você quer realizar.**
- (62) O senhor rei não comungue, **pois que não é justiceiro.** (SPALDING 1970 : 46) (= Ex. 17).
- (63) **Como ia de olhos fechados,** não via o caminho. (Machado de Assis) (Apud BECHARA 1968 : 197).
- (64) **Já que (desde que, uma vez que) você não fala,** falaremos nós.
- (65) Estudo, **pois tenho tempo.** (FERREIRA 1967 : 47) (= Ex. 4).
- (66) Vamos comer Açucena, **que estou morrendo de fome.** (Adonias Filho) (CUNHA 1985 : 567)
- (67) Ele morreu, **porquanto não teve assistência médica.**
- (68) Maria faltou às aulas, **porque está doente.** (LUFT 1976 : 51) (= Ex. 8)
- (69) Antônio irritou-se **porque não lhe deram a palavra.** (LUFT 1976 : 51)

É interessante lembrar que gramáticos tradicionais já haviam percebido a existência dessa distinção⁴² e a estabeleceram como critério para distinguir as orações coordenadas explicativas das orações subordinadas adverbiais causais. (Veja critério 9 do item 4.1). Todavia o critério teve-se somente aos casos em que a força ilocucionária da primeira oração era bem evidente: ordem, pedido, conselho (com o imperativo), desejo (com a oração optativa) e suposições, hipóteses, porque orações com tais valores exprimem algo por ser e a adverbial causal só se referiria a uma realidade comprovada. Entretanto não pode haver dúvida quanto ao fato de que esses gramáticos referiam-se à força ilocucionária da primeira oração. Tanto é assim que SAID ALI (1964 : 134) diz claramente que a coordenativa causal "dá a razão de uma **asserção, pedido, exortação ou desejo**" (grifo nosso); GARCIA (1976 : 52) diz textualmente: "O 'pois' aí não expressa a causa, evidentemente, mas a **explicação da afirmativa** (grifo nosso) que se faz". LUFT (1976 : 52) pondera "Já pela oração explicativa, **o falante enuncia ('explica') o motivo de sua ordem, suposição ou declaração**" (grifo nosso) e exemplifica:

(70) "deve ter chovido, (e eu suponho isso) porque a grama está molhada. (Claro: o estar molhada a grama não é a causa de ter chovido, pois exatamente o contrário é que é verdade)".

(71) "Fale baixo, (e eu mando/peço isso) porque há gente dormindo".

Note-se, nos dois exemplos, que o que Luft faz é explicar a força ilocucionária.

A utilização deste fator como critério para distinguir as coordenadas explicativas das subordinadas adverbiais causais, entretanto, só gerou confusão, pois, como deve ficar claro da análise dos exemplos (56) a (62) e (63) a (69), não há correspondência exata entre o que a gramática tradicional apresenta como coordenada explicativa e as orações causais que se referem à força ilocucionária da outra por um lado (Veja exs. 61, 62, 65 e 67) e por outro lado não há correspondência exata entre o que a gramática tradicional apresenta como subordinada adverbial causal e as orações causais que se referem ao conteúdo proposicional da outra

42. Não se pode esquecer, como já dissemos, que os pressupostos teóricos eram outros.

(veja ex. 66). Os comentários a partir do próximo parágrafo deverão também deixar clara esta não correspondência. VOGT (1978 : 45) ao aplicar o critério do encadeamento às conjunções causais, para detectar a existência de coordenação semântica ou frases ligadas, também aponta para a possibilidade de orações causais que se dirigem à força ilocucionária da outra oração, quando , comentando os exemplos 39 e 39-a (72 e 72-a abaixo) e 40 e 40-a (73 e 73-a abaixo), afirma: "... as proposições introduzidas por **pois** e por **já que** aparecem agora como espécies de justificação não para **Ele está em casa** ou para **Pedro viajou**, como acontecia originalmente" (em 72 e 73)", mas para **Creio que ele está em casa** e **Tenho certeza de que Pedro viajou**". (em 72-a e 73-a). "Isto é, o que se justifica agora é a minha crença sobre o fato de ele estar em casa, num caso, e a minha certeza sobre a viagem de Pedro, no outro". (O grifo final é nosso).

(72) Ele está em casa, pois seu carro está na garagem.

(72a) Creio que ele está em casa, pois seu carro está na garagem.

(73) Pedro viajou, já que seu carro não está na garagem.

(73a) Tenho certeza de que Pedro viajou, já que seu carro não está na garagem.

Concordamos com Vogt, exceto num ponto: o que se justifica é a crença e a certeza do locutor, mas não apenas em (72-a) e (73-a) onde a força ilocucionária foi explicitada, mas essa crença e certeza é o que se justifica também em (72) e (73). Os exemplos (73) e (73-a) também deixam clara a não coincidência entre orações coordenadas explicativas e orações que justificam a força ilocucionária da oração anterior.

As orações causais que justificam a força ilocucionária da oração anterior com a qual se relacionam têm que ser, necessariamente, coordenadas semânticas⁴³, uma vez que esta justificativa tem um caráter metalinguístico e um enunciado não pode ser metalinguístico sobre si mesmo. Só na coordenação semântica temos dois enunciados, resultantes de dois atos de enunciação, relacionados entre si de tal forma que o segundo (iniciado por conjunção causal) justifica a força ilocucionária do primeiro. Todavia não se deve pensar que sempre que temos coordenação

43. Conforme a definição de Bally que já apresentamos.

semântica temos também uma oração causal que justifica a força ilocucionária da outra oração. Prova disso são os exemplos como (63) a (67) onde se tem coordenação semântica, mas a causal não justifica a força ilocucionária da outra oração e sim o seu conteúdo.

É importante observar que a distinção entre as orações definidas em (54) e (55) não depende de conectivo.⁴⁴ A simples observação dos exemplos (56) a (62) de um lado e (63) a (69) de outro permite ver que os mesmos conectivos aparecem num ou noutro grupo. Se a oração causal justifica a força ilocucionária ou o conteúdo proposicional parece depender muito mais da intenção do falante e de fatores contextuais. O exemplo (74) abaixo e os comentários que o seguem buscam evidenciar este fato.

(74) Ele não veio porque não o vi.

(74) pode ter, dependendo do contexto, da situação de enunciação, duas interpretações especificadas em (74-a) e (74-b).

(74-a) Ele não veio e a causa, a razão da sua não vinda é que eu não o vi.

(74-b) Ele não veio e afirmo (ou creio, acho) isto porque não o vi.

Em (74-a) é dada a causa da não vinda dele. A causal se dirige ao conteúdo proposicional da primeira oração. Temos frases ligadas e um só enunciado de conteúdo unitário. Em (74-b) é dada a causa de se afirmar que ele não veio. A causa se dirige à força ilocucionária da primeira oração e não ao seu conteúdo. Temos coordenação semântica e, portanto, dois enunciados em que o segundo justifica (metalinguisticamente) a força ilocucionária do primeiro.

(74) ocorreria com a interpretação de (74-a), por exemplo, numa situação como a seguinte: Ia haver uma reunião. Encarregaram-me de convocar (chamar, avisar) Paulo. Eu não o encontrei para fazer a convoca-

44. A gramática tradicional, que tomou a distinção que ora estudamos como critério para distinguir orações coordenadas explicativas de orações subordinadas adverbiais causais, também diz que a distinção independe do conectivo (Vide item 4.1, critério 9), embora essa distinção atinja uma área um pouco distinta da que colocamos aqui. Quanto ao fato de depender da vontade ou intenção do falante se a oração é de um ou outro tipo seria interessante ver o que dizem, por exemplo, BRANDÃO (1963: 145 — OBS. 1) e LUFT (1976: 53, item 8, § 3º deste item).

ção, para dar o aviso. Como não o avisei, Paulo não vem à reunião. Na hora da mesma alguém me pergunta: "Por que Paulo não veio?" A que respondo (74): "Ele não veio porque não o vi". "Porque não o vi" é apresentada por mim (locutor) como a causa (razão, motivo, explicação) da "não vinda de Paulo". Alguém poderia dizer que "não ver" não é causa real (como definida no critério 8 do item 4.1 = condição suficiente), mas sim o fato de Paulo não ter sido avisado da reunião". Linguisticamente isto não importa, pois o locutor apresentou "não o ver" como causa e certamente a ouvinte poderá fazer ou fará o seguinte raciocínio: ele não viu Paulo —> logo ele não avisou. Paulo —> por isso Paulo não veio.

Já com a interpretação de (74-b), (74) ocorreria, por exemplo numa situação como a seguinte: Estamos numa festa, alguém me pergunta por Paulo. Como não o vi, afirmo: "Ele não veio" e explico o porque da minha afirmação, crença ou suposição dizendo: "porque não o vi".

Como se pode ver, se temos uma oração causal do tipo de (54) ou de (55) depende inteiramente do contexto, da situação de enunciação. Como já vimos, outros fatores presentes no enunciado ou no diálogo podem privilegiar um certo tipo de interpretação diminuindo ou eliminando a ambiguidade. Assim a interpretação em que a causal justifica o conteúdo proposicional da outra tende a ser adotada, entre outros fatores, quando: a) a causal contém uma condição suficiente do que se disse; b) a causal vem anteposta (dificilmente um enunciado justificará a força ilocucionária de outro enunciado que vem depois dele); c) o período é resposta a uma pergunta "por que?"; d) a causal está questionada, extraposta, modificada por advérbios do tipo de 51-A e B (casos em que teríamos frases ligadas, onde não ocorre referência da causal à força ilocucionária); e) a causal é uma oração reduzida. Já a interpretação em que a oração causal justifica a força ilocucionária da outra é privilegiada principalmente quando essa força vem explicitada de alguma forma: uso do imperativo (ordem, pedido, conselho, súplica); a primeira oração ser optativa; uso de verbos de locução na 1a. pessoa do singular do presente do indicativo como **creio, afirmo, tenho certeza, acho, exijo**, etc. encadeando a primeira oração (veja os exs. 72, 72-a, 73 e 73-a e os comentários aos mesmos); o uso de verbos (como **dever**) que fazem da primeira oração uma suposição, uma hipótese (veja ex. 70).

Essa ambiguidade, tão patente com o conectivo "porque" e já apontada por VOGT (1978) em outro campo de valores, não aparece tão

explicita com outros conectivos. Se em (74) trocarmos "porque" por "pois" obtemos (75).

(75) Ele não veio, **pois** não o vi.

e (75), potencialmente pelo menos, parece ter também a possibilidade de duas interpretações como as de (74-a) e (74-b), todavia parece haver uma tendência dos falantes de considerar apenas a interpretação em que a causal justifica a força ilocucionária da outra, principalmente se a causal não expressa uma condição suficiente do fato expresso na outra oração. Quando isto acontece, a gramática tradicional sempre ficou em dúvida sobre para que lado ir, assim é que apresenta um exemplo como (75) como coordenada explicativa (talvez atendo-se mais ao conectivo) e um exemplo como (76) como subordinada adverbial causal (talvez atendo-se mais ao que estabelece o critério 8 do item 4.1).

(76) Tio Couto estava sombrio, **pois** **aparecera um investigador da polícia perguntando por Gervásio**. (Érico Veríssimo) (CUNHA 1985 : 572). (= Ex. 14).

Seria interessante discutir que diferença realmente existe entre (77) e (78)

(77) Não comparecerei ao banquete, **pois** **não fui convidado**.

(78) Não comparecerei ao banquete, **porque** **não fui convidado**.

Em ambas a causal em negrito justifica o conteúdo proposicional da primeira. Em (77) os testes parecem demonstrar que podemos ter apenas coordenação semântica, enquanto em (78) poderíamos ter ou coordenação semântica ou frases ligadas com forte tendência dos interlocutores de levar em conta quase só a interpretação com frases ligadas. Interessante também discutir porque há uma tendência a aceitar as causais de (37-b) e (79-b) como uma forma reduzida da causal de (79-a), mas não como uma forma reduzida da causal de (37-a).

(79-a) Ele comeu pouco, **porque** **está doente**.

(79-a) **Estando doente**, ele comeu pouco.

Parece que a causal só não pode reduzir-se quando é uma coordenada semântica que justifica a força ilocucionária da oração anterior. As iniciadas por "porque" e "visto que" podem ser reduzidas de infinitivo com "por" e

"visto" ou reduzidas de gerúndio (Para exemplo reduzir as causais sublinhadas nos exemplos 63 a 69). Ao mesmo tempo, parece haver uma tendência para considerar as reduzidas como equivalentes apenas das causais que formam frases ligadas. Como vimos em (78), há uma tendência dos falantes de interpretar as orações com "porque" mais como frases ligadas. Tudo isto explicaria porque (37-b) e (79-b) tendem a ser vistas como sendo formas reduzidas apenas de (79-a) e não de (37-a).

Todas estas tendências de interpretação mereceriam um estudo mais detalhado que entretanto não cabe no escopo deste trabalho. Todavia levantamos a hipótese de que tais tendências parecem apontar para uma tendência evolutiva da língua que estaria levando "pois" e "porque" a se especializarem enquanto conectivos: **pois** tende a ser um conectivo que estabelece coordenação semântica, enquanto **porque** tende a ser um conectivo que forma frases ligadas, contudo a tendência de "pois" já estaria bem mais fixada que a de "porque" o que explicaria o fato de não se perceber no primeiro a ambigüidade que é tão patente no segundo.

Gostaríamos agora de apresentar duas evidências de que as orações causais do tipo definido em (54) realmente se referem à força ilocucionária da oração anterior, justificando-a. Sejam as frases:

- (80)a — Fique quieto, pois já é tarde.
b — ?Fique quieto, pois eu estou mandando.
- (81)a — Que você passe no concurso, porque é um bom rapaz.
b — *Que você passe no concurso, pois eu estou desejando (isto).
- (82)a — Venha aqui, que desejo vê-lo.
b — ?Venha aqui, que eu estou pedindo.
- (83)a — Deve ter chovido, pois o chão está molhado.
b — *Deve ter chovido, pois estou supondo (isto).
- (84)a — Ele não veio, pois não o vi.
b — *Ele não veio, pois estou afirmando (isto).
- (85)a — João está em casa, porque seu carro está na garagem.
b — *João está em casa, porque acredito (ou creio) (nisto).

Para os falantes de língua portuguesa todas as frases **b** nos exemplos (80) a (85) soam tautológicas e conversacionalmente estranhas, porque redundantes, isto porque o que se faz nelas é apresentar na segunda oração a força ilocucionária da primeira como explicação, razão ou motivo desta mesma força. Note-se que (80-b) e (82-b) são encaradas pelos falantes como mais naturais, mais aceitáveis que (81-b), (83-b), (84-b) e (85-b), isto porque os falantes dão para (80-b) e (82-b) uma interpretação em que o locutor estaria usando a causal como um reforço à ordem e ao pedido feitos na primeira oração, ou como uma reafirmação de que ele é alguém que pode dar a ordem⁴⁵, como, por exemplo, a mãe que estivesse dando a ordem ao filho e deixando claro que ele deve atender sem discutir e ela "manda e não pede". Já em (82-b) além do reforço ao pedido, haveria também a interpretação em que a pessoa que pede (o locutor) acha que é alguém cujo pedido deve ser atendido por alguma razão especial ligada à sua própria pessoa⁴⁵. Nestes casos desaparece a estranheza, pois a causal deixa de ser vista como uma repetição da força ilocucionária da primeira oração.

Outra evidência de que as orações definidas em (54) se referem à força ilocucionária da oração anterior, justificando-a, diz respeito a como o falante encara estas orações quando apresentadas como respostas a perguntas de "por que?" dirigidas ao conteúdo proposicional da oração anterior ou à força ilocucionária da oração anterior⁴⁶. O falante tende a achar que causal soa melhor como resposta da pergunta feita à força ilocucionária da primeira oração o que se justifica pelo fato de ela referir-se a esta força e não ao conteúdo proposicional. Veja-se os exemplos abaixo:

(56) João está no escritório, pois seu carro ainda está na porta do prédio.

(86)a — Por que João está no escritório? (Pergunta dirigida ao conteúdo proposicional)

b — ??Pois seu carro ainda está na porta do prédio.

45. Neste caso costuma haver, na língua falada, uma ênfase entonacional do sujeito "eu".

46. É bom lembrar que orações coordenadas semânticas não respondem a perguntas de "por que?" e, por isso, tais respostas sempre soarão algo estranhas. Todavia todos os falantes a quem apresentamos as seqüências de (87) e (90) acharam-nas perfeitamente boas, mas estranharam (86) e (89).

(87)a — Por que você acha que João está no escritório? (Pergunta dirigida à força ilocucionária).

b — ?Pois seu carro ainda está na porta do prédio.

— — — — —

(88) — O cavalo estava cansado, já que (pois) ele arfava muito.

(89)a — Por que o cavalo estava cansado? (Pergunta dirigida ao conteúdo proposicional).

b — ??Já que (pois) ele arfava muito.

(90)a — Por que você diz (afirma) que o cavalo estava cansado? (Pergunta dirigida à força ilocucionária).

b — ?Já que (pois) ele arfava muito.

É interessante registrar aqui que o fato de um enunciado causal dirigir-se metalinguisticamente a outro enunciado justificando sua força ilocucionária não é um fato isolado no sistema lingüístico. Fato semelhante a este são os atos ilocucionários de negação que têm caráter metalingüístico por incidirem "não sobre a proposição contida no ato de asserção anterior, mas sobre sua representação lingüística". Para maiores detalhes ver RAJAGOPALAN (1984) e RAJAGOPALAN (1986 : 8, 18, 26-7).

Para finalizar esses comentários gostaríamos ainda de fazer algumas colocações sobre os outros critérios de 4.1.

O critério de número 2 já foi comentado quando falamos sobre (34) e de tudo que ficou dito parece resultar claro que ele é válido no nível sintático apenas, uma vez que resultante de fatores sintáticos: só se pode antepor a oração que é subordinada. As colocações de LUFT (1976 : 52) e LIMA (1973 : 247) (cf. critério 2, item 4.1) deixam entrever uma ligação com a questão do tipo de orações definidas em (54).

Quanto ao critério 3 os comentários em torno das frases (37-a), (37-b), (79-a) e (79-b) deixam claro que não há correspondência exata entre o que a gramática tradicional chama de subordinada adverbial causal e as orações causais que podem ser reduzidas, já que muitas orações subordinadas adverbiais causais são orações coordenadas semânticas

que justificam a força ilocucionária da oração anterior e estas não podem reduzir-se.

Do critério 4 podemos dizer que a omissão do conectivo só não é possível, quando este funciona como um operador lógico, criando um período onde temos frases ligadas. Todavia se o conectivo é ambíguo podendo ser um operador lógico (estabelecendo frases ligadas) ou um operador argumentativo (estabelecendo coordenação semântica) ele poderá ser omitido. Neste caso a frase será operada levando em conta a interpretação com coordenação semântica. Na fala a entonação adequada mostrará a relação entre as orações (veja ex. 91).

(91)a — Ricardo não jogou porque quebrou o pé.

b — Ricardo não jogou: quebrou o pé.

(91-a) pode ser interpretada como (91-c), onde temos coordenação semântica, e como (91-d) onde temos frases ligadas. (91-a) só pode ser transformada em (91-b) quando interpretada como (91-c), que será a única interpretação para (91-b).

(91)c — Ricardo não jogou e afirmo isto porque ele quebrou o pé (numa situação em que, provavelmente, o locutor nem viu o jogo e diz que Ricardo não jogou, porque sabe que ele quebrou o pé num tempo anterior ao momento do jogo).

(91)d — Ricardo não jogou e a causa dele não ter jogado foi ter quebrado o pé e não outra provável causa. Com essa interpretação 91-a seria resposta à pergunta: "Por que Ricardo não jogou?"

Quanto ao critério 5 sua falácia é facilmente demonstrável: basta substituir os conectivos presentes nos exemplos (1) a (6) por **como** (neste caso a causal terá que vir para o início do período) **uma vez que**, **já que**, etc. e verificar que continuamos tendo frases perfeitamente boas e aceitáveis pelos falantes da língua e onde a relação existente de coordenação semântica continua a mesma.

O critério 6, de comparação com outras línguas, já fora criticado por BECHARA (1976 : 111), primeiro por ser fora do alcance do fa-

lante comum e segundo, e mais importante, porque no seu dizer "os ali-
cerces desta comparação estremecem quando se vê, nos escritores, **car**
ao lado de **parce que** sem que se note qualquer vestígio de distinção, co-
mo no exemplo de Flaubert: "Les femmes l'aiment, car il les courtise; les
hommes lui sont devoués, **car** il les sert; on le craint **parce qu'il** se venge,
on lui fait place **parce** qu'il attire (Cf. BIDOIS, *Syntaxe du Français Moderne*,
II, § 1463)". Sobretudo, esta comparação de nada adianta, uma vez
que Ducrot (vide VOGT 1978) demonstrou que com as conjunções **car**,
parce que e **puisque** ocorre no Francês o mesmo que VOGT (1978) verifi-
cou ocorrer com **pois**, **porque** e **já que** no Português.

Quanto ao critério 7, da pausa, como diz BECHARA (1976 :
111), ele seria frágil na língua escrita. Mas independente de dificuldades
de aplicação do critério a uma ou outra modalidade de língua, a pausa en-
tre a oração causal e a oração a que ela se refere é consequência das ca-
racterísticas da coordenação semântica⁴⁷ que, como vimos, abrange muito
do que a gramática tradicional classifica de orações subordinadas adver-
biais causais. Assim sendo, a se aplicar o critério da pausa, teríamos que
classificar como coordenadas explicativas muitas das orações que tradi-
cionalmente se tem como subordinadas adverbiais causais.

Já comentamos as influências do que se coloca no critério 8
sobre a causa vista como condição suficiente de uma consequência, ambas
reais, existentes e ordenadas linearmente no tempo na ordem
causa → consequência. Quanto ao colocado no critério 9, já nos posi-
cionamos claramente, demonstrando que tem a ver com o tipo de oração
definido em (54) que, como ficou claro a partir dos exemplos (56) a (62) e
comentários subseqüentes, incluem tanto orações que a gramática tradi-
cional classifica de coordenadas explicativas, quanto orações que ela clas-
sifica como subordinadas adverbiais causais. Finalmente o critério 10 ser-
ve-se de uma característica que, como vimos, serve para identificar as ora-
ções causais que se relacionam com outras orações pelo processo de frases
ligadas. Isto deixaria de fora todas as causais coordenadas semânticas
que, mais uma vez lembramos, inclui orações tradicionalmente classifica-
das como subordinadas adverbiais causais.

47. Veja VOGT (1978: 44-5) e, neste trabalho, comentários sobre coordenação semântica
no parágrafo anterior ao exemplo (28).

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos este estudo nosso objetivo era discutir a distinção estabelecida pela gramática tradicional entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais. De tudo o que ficou dito nos itens 1 a 4 resulta claro que a distinção tradicional, de origem sintática, só se sustentaria a nível sintático caso desejássemos mantê-la. A nível semântico e pragmático as orações que exprimem causa se subdividem em grupos que não coincidem com os grupos estabelecidos sintaticamente.

A seguir apresentamos, em linhas gerais, os grupos em que se podem classificar as orações que exprimem causa nos níveis sintático, semântico e pragmático, conforme as características vistas nos itens 2 a 4. Tomaremos como orações causais todas as orações que exprimem causa, razão, motivo, explicação de um modo geral e não apenas as orações que exprimem condição suficiente sem a qual não se verifica o efeito expresso na oração com que a causal se relaciona. A causa será considerada então num sentido amplo e não apenas no sentido restrito lógico-filosófico.

Sintaticamente as orações causais podem ser subdivididas em dois grupos: o das coordenadas e o das subordinadas. As **coordenadas sintáticas causais** são sintaticamente independentes da oração com que se relacionam, isto é, não funcionam como termo desta, não sendo encaixadas no lugar de um constituinte da mesma. Podem ser semanticamente dependentes e o fato do locutor juntá-las num só período revela a intenção de comunicar significados que são diferentes dos significados das orações isoladas. Normalmente são iniciadas pelas conjunções do grupo (32-A) ou são justapostas. As **subordinadas sintáticas causais** são sintaticamente dependentes da oração com que se relacionam, isto é, funcionam como termo desta, sendo encaixadas no lugar de um de seus constituintes. Normalmente são iniciadas pelas conjunções do grupo (32-B) ou são justapostas.

Semanticamente as orações causais também são subdivididas em dois grupos que apresentam, cada um, características pragmáticas que reforçam a classificação semântica (Veja no item 4.2 os comentários a partir do primeiro critério). O primeiro grupo é o das **coordenadas semânticas** tal como definidas por Bally e que aparecem em períodos onde a causal e a oração com que ela se relaciona constituem dois enunciados resultantes de dois atos de enunciação distintos, cada enunciado

com seu conteúdo, introduzindo-se o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro. O fato de serem dois enunciados justifica a pausa que existe entre a causal e a outra oração. As relações entre elas são relações argumentativas entre atos de fala ou de enunciação (vide comentários após 43 e 44) marcadas pela pausa de entonação adequadas ou pelas conjunções de (44). As coordenadas semânticas causais exprimem sempre uma causa que é vista e apresentada pelo locutor como uma causa conhecida (com as nuances vistas no item 3) e como única alternativa possível já que sabida de todos. A coordenada semântica causal não pode ser negada, questionada, encadeada ou constituir-se em escopo de um quantificador sem que o período se rompa semanticamente (vide 41 e comentários); não pode ser extrapolada (vide 39 e comentários); não responde à pergunta "por que?" (vide 38 e comentários) e não pode ser modificada por certos operadores argumentativos de natureza adverbial (vide 40 e comentários e colocações a partir de 49). O segundo grupo é o das **frases ligadas** (também propostas por Bally) e que aparecem em períodos onde a causal e a oração com que ela se relaciona constituem um único enunciado com conteúdo unitário o que explica não haver pausa entre elas neste caso. As relações entre as frases ligadas são relações lógicas que o locutor quer mostrar entre os conteúdos das duas orações (vide comentários após 43 e 44). Essas relações são marcadas pelas conjunções de (43) que funcionam como operadores lógicos que encaixam a causal na outra oração. As causais que constituem frases ligadas exprimem sempre uma causa que é vista e apresentada pelo locutor como uma causa desconhecida escolhida pelo locutor entre causas possíveis, potenciais, sendo, pois, uma informação nova. A frase ligada causal pode ser negada, questionada, encadeada ou constituir-se em escopo de um quantificador sem que o período se rompa semanticamente (vide 42 e comentários); pode ser extrapolada (vide 39 e comentários); responde à pergunta "por que?" (vide 38 e comentários) e pode ser modificada por certos operadores argumentativos de natureza adverbial (vide 40 e comentários e colocações a partir de 49). Como ficou claro em 4.2, o uso destes dois tipos de orações causais depende inteiramente da intenção do locutor, do contexto de enunciação, de como o locutor vê a causa (conhecida ou desconhecida) e de como ele organiza o texto em discurso, o que o torna uma questão de natureza pragmática.

Pragmaticamente apenas, as orações causais podem ser divididas em dois grupos que não coincidem com os grupos já definidos sin-

taticamente e semântica e pragmaticamente. São os grupos definidos em (54) (causais que se referem à força ilocucionária da oração anterior com que se relacionam, justificando-a) e em (55) (causais que se referem ao conteúdo proposicional da oração com que se relacionam, justificando-o). As de (54) podemos chamar de "causais de força ilocucionária" e as de (55) de "causais de conteúdo".

O quadro abaixo ajuda a perceber melhor como as três classificações ou grupos de causais que delineamos nos diferentes níveis (sintático, semântico-pragmático e pragmático) se superpõem e se relacionam de maneira não coincidente.

<u>Nível</u>	<u>Grupos</u>	
Sintático	Coordenadas Sintáticas Causais	Subordinadas Sintáticas Causais
Semântico e pragmático	Coordenadas Semânticas Causais	Frases Ligadas Causais
Pragmático	Causais de Força Ilocucionária	Causais de Conteúdo

De tudo isso fica claro que a pergunta proposta no título deste estudo não se resolve por uma opção pelo sintático ou semântico ou pragmático, pois, na verdade, a questão é ao mesmo tempo sintática, semântica e pragmática. A cada nível temos aspectos diversos em jogo que levaram a classificações das causais que constituem, a cada nível, grupos não coincidentes com o do outro nível. Tudo isto vem ratificar a posição que esposamos, no parágrafo sete da introdução, de que o mesmo fato pode ser tratado pela sintaxe, semântica e pragmática sem qualquer conflito, desde que se esteja atento para a diferença de nível que há em cada abordagem e se busque não confundir o que pertence a cada nível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 27. ed. São Paulo, Saraiva, 1978.
- AUSTIN, J. L. **Quand dire, c'est faire** (How to do things with words). Trad. introd. e coment. Giles Lane. Paris, Editions du Seuil, 1970.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. **Para uma gramática estrutural da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro, Gernasa, 1975.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 14. ed. São Paulo, Nacional, 1968.
- BECHARA, Evanildo. **Lições de português pela análise sintática**. 10 ed. rev. Rio de Janeiro, Grifo, 1976.
- BENVENISTE, Emile. A natureza dos pronomes. In: DASCAL, Marcelo, org. **Fundamentos metodológicos da linguística**. Pragmática; problemas críticos. Perspectivas da linguística; bibliografia. Campinas, Edição do Org. /IEL/UNICAMP, 1982. v. 4. p. 51-8.
- BRANDÃO, Cláudio. **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 1963.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Padrão, 1976.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo, Nacional, 1976.
- CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1972.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, Augusto Epiphany da Silva. **Syntaxe histórica portuguesa**. 5. ed. Lisboa, Clássica, 1970.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- FERREIRA, Delson Gonçalves. **Análise sintática conforme a nomenclatura gramatical brasileira**. 5. ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1967.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976.

GIVÓN, Talmy. Logic vs. pragmatics, with human language as the referee: toward an empirically viable epistemology. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, 6 : 81 - 133, 1982.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. Sobre alguns caminhos da pragmática. In: org. **Sobre pragmática**. Uberaba, Curso de Letras/FIUBE, 1983. p. 15-29. (Série Estudos, 9).

KATO, Mary A. A determinação da força ilocucionária de construções com performativos no negativo; réplica a RAJAGOPALAN. In: GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira, org. **Sobre pragmática**. Uberaba, Curso de Letras/FIUBE, 1983. p. 39-45. (Série Estudos, 9).

KOCH, Ingedore G. Villça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo, Cortez, 1984.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo, Ática, 1985.

KURY, Adriano da Gama et alii. **Gramática objetiva da língua portuguesa; sintaxe**. 4. ed. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1976.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre, Globo, 1976.

MATEUS, Maria Helena Mira et alii. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra, Almedina, 1983.

MELO, Gladstone Chaves de. **Novo manual de análise sintática**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1971.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.

MARO, Anthony Julius & AVERBURG, Marilda Winkler. **Prática de análise sintático-semântica do português I**. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1978. (mimeografado).

- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre a eficácia comunicativa de verbos performativos no negativo. In: GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira, org. **Sobre pragmática**. Uberaba, Curso de Letras/FIUBE, 1983. p. 30-8. (Série Estudos, 9).
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. O caso de verbos performativos no negativo; semântica ou pragmática? In: GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira, org. **Sobre pragmática**. Uberaba, Curso de Letras/FIUBE, 1983. p. 46-65. (Série Estudos, 9).
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Ato ilocucionário de negação como conceito-chave na explicação de alguns problemas ligados à integração entre negação e quantificação. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 8., Rio de Janeiro, 1984. **Anais**. Rio de Janeiro Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Letras, 1984. p. 21-7.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Quando " $2 + 3$ " não é igual a " $3 + 2$ "; a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. 1986. (mimeografado).
- SAID ALI, M. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- SEARLE, John R. Austin on locutionary and illocutionary acts. In: BERLIN, Isaiah et alii. **Essays on J. L. Austin**. Oxford, At the Clarendon Press, 1973. p. 141-59.
- SILVEIRA, Souza da. **Lições de português**. 9. ed. Rio de Janeiro, Presença; Brasília, INC, 1983.
- SOUZA E SILVA, Maria Cecília Perez de & KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística aplicada ao português**; sintaxe. São Paulo, Cortez, 1983.
- SPALDING, Tassilo Orpheu. **Guia prático de análise sintática**. São Paulo, Cultrix, 1970.
- VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções 'porque', 'pois' e 'já que' **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, 1 : 35-50, 1978.
- VOGT, Carlos. Pragmática; o rosto e a máscara da linguagem. In: GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira, org. **Sobre pragmática**. Uberaba, Curso de Letras/FIUBE, 1983. p. 7-13. (Série Estudos, 9).